

Economia em Debate

nº 242

(02/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Desafio do BNDES é 'pacificar' o banco

O Estado de S. Paulo - 02/04/2018

Há sérias dúvidas quanto ao comportamento de Michel Temer no governo, caso venha uma terceira denúncia.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, assume a presidência do BNDES com a missão de conduzir o doloroso processo de devolução de todos os empréstimos do Tesouro Nacional e ao mesmo tempo fazer deslanchar a carteira de projetos de financiamento de infraestrutura. Essa área continua praticamente parada, mesmo depois das sucessivas promessas do Palácio do Planalto de dar impulso a novos investimentos.

Por outro lado, há também a expectativa de que o ministro, com maior força, dê um direcionamento mais claro aos negócios do banco na JBS (maior processadora mundial de proteína animal). O BNDESPar (braço de participações do banco) detém 21,3% do capital. O envolvimento do banco nos negócios da JBS foi alvo de operação da Polícia Federal e provocou uma ferida “exposta” no corpo de funcionários. O presidente Michel Temer orientou Oliveira a “pacificar” essa crise.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, a devolução de mais R\$ 100 bilhões ao Tesouro até o final do ano está assegurada com Oliveira no comando do banco.

Estamos bastante confortáveis com a economia do País, apesar da política'

O Estado de S. Paulo - 02/04/2018

Com um portfólio de US\$ 10 bilhões em crédito no Brasil, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ tem apostado em crescer fora da comunidade japonesa. Seguindo uma estratégia global, a instituição financeira – que divide globalmente sua estrutura entre clientes japoneses e não japoneses – triplicou seu portfólio no Brasil entre os não japoneses nos últimos seis anos, passando de US\$ 3 bilhões para um total de US\$ 9 bilhões. No mesmo período, os créditos no País concedidos às empresas japonesas não saíram da casa do US\$ 1 bilhão, de acordo com Juliane Yung, diretora do banco no Brasil para clientes corporativos não japoneses. “Há uns oito anos, o foco é se diversificar, para fora do Japão”, afirma a executiva. Para consolidar a estratégia, o banco – que faz parte do maior grupo financeiro privado do mundo, com aproximadamente US\$ 2,8 trilhões em ativos – mudou seu nome e, desde ontem, chama-se MUFG Bank, abandonando a referência japonesa da marca. No Brasil, para obedecer uma regra do Banco Central que exige que a palavra “banco” preceda o nome, passou a ser Banco MUFG

Por que o banco passou a focar em clientes não japoneses?

O banco está no Brasil há 99 anos. Sua operação sempre esteve muito ligada ao suporte às companhias japonesas que tem subsidiárias no Brasil. Em 2011,

o grupo fez uma injeção de capital no Brasil de R\$ 600 milhões, com o objetivo de ampliar a atuação no País através da expansão dos negócios com clientes brasileiros. Até então, as operações mais robustas com clientes brasileiros eram realizadas através das unidades do grupo em Tóquio e em Nova York. A mudança de perfil no Brasil fazia parte de uma estratégia global do grupo de crescer em países emergentes. Agora queremos crescer em uma nova frente: as multinacionais que operam no Brasil.

A crise brasileira alterou os planos do banco para o País?

Claro que o rating do Brasil acaba preocupando. Mas, apesar disso, nunca estivemos em um momento tão bom aqui. É um momento em que se pode explorar oportunidades além do crédito, como um derivativo, por exemplo. Nossa perspectiva é que, se tudo ocorrer bem, o Brasil só vai recuperar o grau de investimento em 2020. E estamos investindo mesmo diante desse cenário. Já havíamos vivido por muito tempo sem o grau de investimento. Estamos bastante confortáveis com a economia do Brasil, apesar de toda a situação na política.

Peso do spread no juro final segue em alta

Valor Econômico - 02/04/2018

O peso do spread bancário (a diferença entre custo de captação e do repasse via crédito) na taxa final de juros aos consumidores e empresas tem aumentado significativamente nos últimos anos, incluindo o período do atual governo, que registrou as menores taxas básicas de juros da história. É o que mostram dados elaborados pelo economista e especialista em crédito Gilberto Borça Júnior.

Com base em números do Banco Central (BC), o economista montou uma série com a relação entre o spread e as taxas finais do crédito, inclusive separando entre os segmentos de pessoas físicas e jurídicas. Os dados mostram que a proporção entre spread e custo do crédito atingiu em fevereiro passado o nível mais alto da série iniciada em março de 2011, tanto para pessoas físicas como para jurídicas.

"Isso significa que a taxa de captação tem se reduzido de maneira mais intensa que a taxa ao tomador final. Spreads elevados atrapalham o mercado de crédito e atrasam a recuperação da economia", disse Borça Júnior ao Valor. Para o economista, o dado mais marcante é o da pessoa física, que evidencia mais claramente que o spread bancário está "fora do lugar".

Ao longo da atual gestão da política econômica, marcada por uma queda relevante nos custos de captação dos bancos mesmo antes do início do atual ciclo de queda da Selic, em outubro de 2016, essa razão cresceu com o tempo. Em maio de 2016, quando o atual governo assumiu, a proporção entre o spread geral e o custo do crédito era de 69,6%, atingiu 71,8% em outubro daquele ano, quando teve início a trajetória de corte de juros, e chegou a 75,8% em fevereiro deste ano.

No caso do crédito para pessoa física, essa razão passou de 76,3% em maio de 2016, chegou a 78,2% em outubro do mesmo ano e bateu 81,4% no dado mais recente. Para as empresas, no início do atual governo estava em 54,7%, passando para 56,4% em outubro e chegando agora a 62%.

Embora reconheça que o spread bancário elevado no Brasil reflita uma série de fatores, como custos administrativos, inadimplência, impostos indiretos, compulsórios, além, é claro, da margem de lucro dos bancos, Borça Júnior destaca que a economia brasileira vive uma situação de riscos menores, por conta do fim da recessão, da forte redução do endividamento das famílias e da melhora gradual do emprego e da renda. "O spread deveria refletir esses riscos menores. E o nível atual não é compatível", disse, explicando que nesse quadro era de se esperar que o spread tivesse queda no mínimo igual ao do custo de captação.

A inadimplência, por exemplo, fechou em 5,1% em fevereiro no crédito com recursos livres para pessoa física, menor patamar da série histórica iniciada em 2011. E mesmo no período mais agudo da crise, a inadimplência das famílias se manteve comportada. Foram as empresas que puxaram a taxa de calotes no período recente.

Mesmo vendo alguma melhora nas concessões, Borça Júnior enxerga uma postura excessivamente conservadora dos bancos no crédito. "Isto atrapalha enormemente a recuperação da economia. O crédito é uma variável importante para o crescimento", disse. "Os bancos poderiam ser um pouco menos cautelosos", acrescentou, ressaltando que o modelo de negócio das instituições financeiras no Brasil claramente está ancorado em preço e não em volume de financiamentos.

A questão do spread bancário elevado tem sido tema de crescentes debates no Brasil e foi tema também de box no mais recente relatório de inflação do BC, divulgado hoje, que mostrou que o comportamento do crédito no atual ciclo de distensão monetária tem sido semelhante ao dos ciclos anteriores.

O presidente do BC, Ilan Goldfajn, disse recentemente que embora a análise do relatório sobre crédito mostre que o movimento atual dessas taxas é compatível com outros cinco episódios anteriores de ciclo de queda da Selic, isso não significa que o regulador não gostaria de ver uma queda mais rápida nas taxas. Ele disse que a autoridade trabalha para a queda das taxas de juros bancárias.

Nesse sentido, ele afirmou que o BC vê o compulsório exclusivamente como uma forma de afetar o custo do crédito. Segundo Ilan, o sistema tem vários custos, operacionais, de inadimplência, impostos, regulatórios e o próprio compulsório. "Estamos tentando atacar todos esses itens", disse, complementando que o BC também trabalha para estimular a competição no sistema financeiro.

Para o presidente do BC, se conseguir manter a Selic e a inflação mais baixas haverá redução contínua do spread. Segundo Ilan, o spread já está caindo,

"mas estamos fazendo esforço para que desta vez caia de forma mais rápida". Na quarta passada, o BC reduziu e simplificou alíquotas do depósito compulsório, o que vai liberar mais de R\$ 25 bilhões no fim de abril e começo de maio.

Política monetária alimentará recuperação

Valor Econômico - 02/04/2018

A recuperação da atividade econômica mostrou-se mais lenta do que se previa nos primeiros meses de 2018, o que coloca no radar um risco de o desempenho do PIB neste ano ficar aquém das expectativas. Mas, para o economista-chefe do Itaú Unibanco e ex-diretor de Política Econômica do Banco Central, Mario Mesquita, existem fatores importantes trabalhando a favor da recuperação econômica, cujo resultado deve ser observado nos próximos meses: a evolução do crédito, em especial para as famílias, e o efeito defasado da política monetária do Banco Central.

"A recuperação tem sido e vai ser mais alimentada pelos efeitos defasados da política monetária", afirma Mesquita. O Banco Central iniciou o ciclo de corte de juros em outubro de 2016 e, desde então, já reduziu a Selic em 7,75 pontos percentuais. "A economia não reflete parte importante dos cortes de juros que o BC já fez na segunda metade do ano passado. Isso vai começar a ter efeito maior sobre a economia agora e no segundo semestre deste ano." Isso explica a sinalização feita pelo BC na quinta-feira passada, na divulgação do Relatório de Inflação, de que deverá haver uma "pausa" no ciclo de corte de juros a partir de junho, quando a Selic já deverá estar em 6,25%. Para Mesquita, a partir daí, a política monetária deverá estar em "ponto morto" até meados de 2019.

A perda de dinamismo que se observa nos dados de atividade levou o Itaú a rever, de forma preliminar - ainda há números relativos a esse período a serem divulgados -, sua estimativa para o crescimento no primeiro trimestre de 1% para 0,5%. Para o ano, a projeção ainda é de crescimento de 3%, "com viés de baixa."

O ritmo mais lento da retomada, que mantém bastante elevado o nível de ociosidade da economia, ajuda a explicar os núcleos de inflação mais baixos e também contribuem para consolidar uma tendência declinante dos índices de preço. Mas para garantir que a inflação torne-se estruturalmente baixa, Mesquita afirma que é preciso ainda garantir que o ajuste fiscal aconteça. "Todo esse progresso que a gente teve no campo da inflação só acontece porque a gente tem confiança que a situação fiscal será colocada nos trilhos, que a dívida será posta numa trajetória estrutural sustentável", afirma.

Além disso, é preciso ter uma meta de inflação mais baixa. O Conselho Monetário Nacional (CMN) já definiu uma redução da meta para 4,25% no próximo ano e para 4% em 2020. "Uma redução para 3,75% em 2021 seria bastante apropriada. Isso seria uma forma de tentar travar esse patamar de inflação mais baixa que a gente atingiu agora", afirma.

A seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: O que explica o comportamento da inflação neste primeiro trimestre, que seguidamente veio abaixo do previsto pelos analistas?

Mario Mesquita: A inflação, de fato, surpreendeu todo mundo, o mercado e próprio Banco Central neste início de ano. Houve um comportamento melhor do que o antecipado na questão dos alimentos, que é algo que a gente está acompanhando há um tempo. Nas nossas projeções para o ano, elas embutem uma normalização do preço de alimentos. Voltaria a ter inflação de alimentos, ainda que moderada. Teve também a questão das bandeiras tarifárias, que volta e meia surpreendem.

Valor: A atividade, um pouco mais fraca, também ajuda a explicar essa inflação?

Mesquita: Não há dúvida de que o hiato do produto é amplo. A gente estima, por exemplo, que a taxa de desemprego que não provoca aceleração mais generalizada dos salários deve estar em torno de 10%. Estamos consideravelmente acima disso, mais para 12,5%. Olhando especialmente para o mercado de trabalho, a gente não vê nenhuma pressão mais pronunciada de inflação. A recuperação tem sido e vai ser mais alimentada pelos efeitos defasados da política monetária. Mas é verdade que os indicadores no início do ano também mostraram uma certa perda de dinamismo. É normal essa oscilação nesse tipo de processo de recuperação econômica. Por enquanto, é algo mais para a gente monitorar do que uma evidência definitiva de que a atividade econômica vá arrefecer na frente. Mas há um sinal que requer alguma atenção nos dados que foram divulgados recentemente. Houve uma pesquisa de serviços que veio abaixo do esperado e isso nos levou a reavaliar, por exemplo, a nossa estimativa preliminar do PIB do primeiro trimestre, para algo mais próximo a 0,5%, e estava mais próximo a 1%. E tem, sim, alguns sinais enfraquecendo. Por outro lado, olhando a atividade nos próximos meses, tem alguns fatores muito positivos, como a evolução do crédito, em especial o crédito para as famílias, como mostram os dados do Banco Central.

Valor: O que explica esse avanço dos empréstimos para as pessoas físicas mesmo com os spreads altos?

Mesquita: A inadimplência das famílias está caindo. A demanda por crédito por parte das famílias tem aumentado. Elas desalavancaram de fato durante muito tempo a partir de 2012 e tem um momento que elas voltam a tomar crédito para consumir. Acho que é isso que está acontecendo.

Valor: Sua projeção para o PIB no ano também mudou?

Mesquita: Não. Estamos com projeção de 3%. Mas talvez o risco seja assimétrico na direção de um crescimento um pouco menor do que isso. Por ora, em função esses dados um pouco mais fracos no começo do ano, com viés de baixa.

"Olhando para o mercado de trabalho, a gente não vê nenhuma pressão mais pronunciada de inflação"

Valor: Do lado da demanda, mudou o cenário para o consumo das famílias ou para os investimentos?

Mesquita: Não, estamos vendo uma retomada do crédito que tende a favorecer de forma importante o consumo das famílias. O crédito para o consumo principalmente está até avançando mais rapidamente do que o crédito corporativo. Por isso que não mudamos a nossa projeção para o ano, por enquanto. Pode ser que em algum momento a gente tenha que fazer isso, mas por enquanto é mais uma questão de mudança no balanço de riscos, que ficou mais assimétrico em direção a um crescimento um pouco menor, do que mudança do cenário central.

Valor: Mas qual o peso desses números mais fracos no primeiro trimestre na surpresa inflacionária observada no primeiro trimestre?

Mesquita: O hiato do produto, a capacidade ociosa que existe na economia, funcionam melhor para explicar a tendência da inflação ou as medidas de núcleo do que para explicar a inflação cheia, que é muito influenciada por fatores mais voláteis ou administrativos, como a gente mencionou. Bandeiras tarifárias ou preços de alimentos têm menos a ver com o grau de ociosidade da economia.

Valor: O que dessa inflação baixa a gente já pode considerar que realmente é estrutural?

Mesquita: Vários países, quando há uma recessão profunda e prolongada e a política monetária é conduzida de forma adequada, têm essa mudança de patamar inflacionário. Uma economia bem diferente da nossa, mas um caso que vem à mente, é o de Israel, que teve essa transição de inflação e taxas de juros altas para inflação e taxas de juros mais baixas na esteira de uma recessão e de outros choques econômicos também. Essas mudanças acontecem. Aqui, do lado estrutural, falta, contudo, o ajuste fiscal. Todo esse progresso que a gente teve no campo da inflação só acontece porque a gente tem confiança que a situação fiscal será colocada nos trilhos, que a dívida será posta numa trajetória estrutural sustentável, o que requer a continuidade da agenda de reformas, em especial a aprovação de uma reforma da Previdência, talvez até mais ampla do que a que esteve para ser votada nos últimos meses. E para travar uma inflação mais baixa, é preciso ter uma meta de inflação mais baixa. O Banco Central sinalizou que gostaria de ver uma meta mais parecida com a dos países da região - você tem 3% no México, na Colômbia e no Chile, no Peru é até mais baixa. Mas não acreditamos que o Conselho Monetário vá fazer um pulo de 4% em 2020 para 3% em 2021. Acho que uma redução para 3,75% em 2021 seria bastante apropriada. Isso seria uma forma de tentar travar esse patamar de inflação mais baixa que a gente atingiu agora.

Valor: A discussão sobre a independência do Banco Central também é essencial?

Mesquita: Eu acho que a independência do Banco Central ajudaria muito a gente conseguir manter a taxa de inflação mais baixa com juros mais baixos. Enquanto o BC não for legalmente independente, vão existir em maior ou menor grau dúvidas sobre a capacidade de a autoridade monetária agir de forma não correlacionada com o ciclo político. Hoje, nós temos um período de altíssima credibilidade do Banco Central, que tem a ver com a atuação da diretoria do BC, tem a ver com a forma como a sociedade, o governo entendem essa atuação. Mas isso não está estabelecido na lei, é algo que pode ser alterado em outra conjuntura política.

Valor: O Banco Central sinalizou com a ideia de uma pausa do ciclo de alívio monetário. Essa parada pode estar relacionada com a proximidade da eleição?

Mesquita: Eu acho que o BC está muito corretamente atuando de forma pouco correlacionada com o ciclo político. Mas é óbvio, contudo, que se a incerteza, seja por ordem eleitoral, seja por razão externa, vier a afetar o funcionamento da economia, o BC vai levar em consideração em seu processo decisório. Você pode ter uma reconfiguração do preço de ativos que implique maiores riscos inflacionários à frente, e o BC vai levar isso em consideração. Por outro lado, pode ter um aumento da incerteza que iniba a recuperação da economia. Também é algo que o BC vai pesar e vai ver o que vai ter maior influência. Eu acho que a sinalização das autoridades na direção de uma pausa tem a ver com a magnitude da flexibilização monetária já feita e a defasagem dessa política. A economia não reflete parte importante dos cortes de juros que o BC já fez na segunda metade do ano passado. Isso vai começar a ter efeito maior sobre a economia agora e no segundo semestre deste ano. É razoável que o BC espere algumas reuniões para avaliar se precisa ou não flexibilizar mais a política monetária.

Valor: Como fica o cenário do Itaú para a taxa de juros?

Mesquita: Esperamos que o BC corte a Selic mais uma vez em maio e depois fique parado durante um bom tempo. Voltando ao que mencionei antes, temos uma folga, uma capacidade ociosa, principalmente no mercado de trabalho, bastante importante e que deve demorar a ser reduzida. Dessa forma, a gente não vê a emergência de pressões inflacionárias ao longo deste ano. No ano que vem, aí sim, teríamos um início da normalização do processo de elevação da taxa de juros, mas em meados ou no segundo semestre do ano. Uma qualificação que eu faço é que esse cenário embute que em algum momento de 2019 a gente vai retomar a agenda de reforma fiscal com sucesso. Se isso não acontecer, pode haver uma reconfiguração dos preços de ativos que levaria a um incremento das expectativas e das pressões inflacionárias, suscitando talvez a necessidade de o BC antecipar um processo de normalização de taxa de juros. Não é no que acreditamos, mas é um risco que existe.

"A independência do Banco Central ajudaria muito a conseguir manter a taxa de inflação mais baixa com juros mais baixos"

Valor: No relatório de inflação, a projeção para o IPCA de 2020 está em 4%, considerando-se a projeção para Selic da Focus, de 8%. Isso indica que o juro neutro está na casa de um dígito?

Mesquita: Acho que há sinais de que o juro neutro está mais baixo do que ele foi no passado. Se ele vai permanecer nesse patamar, vai depender, volto a repetir, das reformas. Depende da meta de inflação também. Se a gente reduzir a meta, você pode ter sim um juro neutro mais baixo, mais para 8%. Se mantivermos a meta inflação onde está, daí o neutro provavelmente vai ficar acima desse valor.

Valor: Por que os spreads bancários estão demorando tanto a cair? Essa agenda do governo, de cadastro positivo, vai realmente ajudar?

Mesquita: O crédito está retomando, os dados do BC corroboram isso. O cadastro positivo, muito provavelmente, contribuiria para aumentar a competição dentro do sistema bancário, porque as informações sobre os tomadores de crédito ficam disponíveis de forma mais disseminada. Sobre o ritmo de redução do spread, isso tem a ver com o ritmo também demorado da redução da alavancagem e da inadimplência em alguns segmentos, notadamente no crédito corporativo. E ele vai acontecer. Em alguns ciclos ele é mais rápido, em outros é mais demorado, mas vai acontecer desde que a gente preserve esse ambiente de taxas de juros mais baixas que, volto a dizer, depende de aprovação das reformas.

Valor: A redução dos compulsórios anunciada pelo BC vai ter impactos relevantes sobre os spreads?

Mesquita: As mudanças também aumentaram certas exigibilidades, então o impacto líquido não é enorme, é limitado, embora seja um sinal na direção de favorecer a expansão do crédito.

Valor: Nos últimos dias, o real tem apresentado um desempenho um pouco pior do que outros pares. Isso pode ter relação com a queda do diferencial entre o juro brasileiro e o americano?

Mesquita: O diferencial de taxa de juros tem uma influência sobre o comportamento das moedas no curto prazo. Ele se tornou menos favorável ao real, isso deve estar tendo algum impacto. A contratação de proteção cambial fica mais barata, então os agentes que têm exposição cambial se sentem mais à vontade de fazer esse tipo de operação, e também aqueles que querem aumentar o componente dolarizado do seu patrimônio, o custo de fazer isso também diminui nessa conjuntura. Dito isso, sempre foi comentado especialmente por alguns analistas que o Brasil era vítima do "carry trade", que distorcia a formação de preços da economia, levava à sobrevalorização cambial, causava toda sorte de malefícios. Agora a gente está com inflação baixa, taxa de juros mais baixas, política monetária muito crível. Isso permitiu ao BC reduzir a taxa de juros e também esse "carry trade".

Valor: O mandato do presidente Michel Temer está no fim, a reforma da Previdência ficou para o ano que vem, há mudanças nos ministérios, pessoas próximas ao presidente foram presas. Em que o governo deveria concentrar esforços nesse últimos meses?

Mesquita: A prioridade número um do lado fiscal é a Previdência. Mas eu entendo que conseguir maioria constitucional nesta altura do mandato presidencial é muito difícil, em qualquer mandato. Você chega no fim e o capital político do governo já foi decaindo com o tempo. Então medidas como cadastro positivo, talvez a reoneração [da folha de pagamento], privatização da Eletrobras, acho que são medidas muito importantes, não tão críticas do ponto de vista fiscal quanto a Previdência, mas importante, meritórias. Acho que o governo deveria focar nessas questões.

Valor: O BC fez muitas mudanças na condução da política monetária, inclusive em sua comunicação. E foi acusado de ser excessivamente conservador em algum momento. O que pode ter sido determinante nos resultados que se vê hoje na inflação?

Mesquita: Acho que houve sim avanços na comunicação, mas a melhor comunicação sobre decisões de política econômica erradas não salva. Então acho que as decisões foram fundamentalmente corretas. Em um país com um histórico inflacionário bem ruim como o nosso, o BC se preocupar, como foi o caso nesta gestão, primeiramente em ancorar as expectativas para depois flexibilizar a política monetária foi a sequência adequada. Isso merece elogios, porque não foi uma opção fácil na época. Uma coisa que o presidente do BC tem falado, e falou na posse dele, é muito "back to basics", olhar o modelo, olhar a economia e tomar as decisões com calma e tranquilidade, focando sempre na estabilidade de preços. Acho que é isso que eles têm feito. Herdaram uma situação um tanto complicada, com inflação alta e economia em recessão, uma conjuntura difícil. Não acredito que mudanças de 50 pontos base [na Selic], de um lado ou de outro, fossem fazer uma grande diferença no ritmo de retomada.

Valor: Aqui e ali, o mercado começa a colocar em pauta que pelo menos parte dos diretores do Banco Central permaneça no cargo no ano que vem. Essa é uma possibilidade concreta?

Mesquita: Na prática brasileira, a gente tem tido, em geral, não sempre, transições, por exemplo a de 2003, em que boa parte da diretoria do BC ficou depois da mudança na Presidência da República. Faz parte da governança dos BCs que os mandatos da diretoria não coincidam com o mandato do presidente da República. Isso não está no nosso arcabouço legal. No entanto, no nosso arcabouço legal o diretor do BC segue nessa posição enquanto ela não se demitir ou for demitida. Então o mandato presidencial expira dia 31 de dezembro e a diretoria do BC continua trabalhando, a menos que o novo presidente remova a diretoria ou se algum diretor queira sair. Então não tem nenhum problema legal, não tem nenhum empecilho legal. Do ponto de vista de desempenho, eu, como cidadão brasileiro, gostaria que eles continuassem, porque acredito que têm prestado excelentes serviços para população. Se eles

vão ou não ficar, seria uma boa ideia quem quer que seja eleito em outubro conversar com eles e tentar convencê-los a ficar, continuar a fazendo o excelente trabalho que vêm fazendo. Se vão continuar ou não, eu não sei, mas torço para que continuem.

Ipea busca novas fontes de receita para custeio

Valor Econômico - 02/04/2018

Diante da restrição orçamentária vivenciada pelo país e que deve perdurar por alguns anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estuda alternativas para obtenção de recursos próprios para financiar pelo menos parte de suas atividades e projetos. A informação foi dada ao Valor pelo presidente do Ipea, Ernesto Lozardo. "Aquele Ipea, que sempre dependeu do Orçamento público, vai ter que ser reformulado. Vamos ter que buscar novas fontes de receitas para a gestão de recursos do Instituto", afirmou Lozardo.

Entre as alternativas mencionadas por ele algumas já estariam avançadas, como a cobrança de cursos de mestrado e doutorado voltado para a avaliação de políticas públicas. O presidente da instituição explica que, nesse caso, a cobrança já era para estar sendo efetuada em alguns cursos em andamento, mas, como a autorização pedida ao TCU veio só depois de iniciadas as atuais turmas, a hipótese ficará para as próximas.

Dentro do campo de ensino, uma das possibilidades de receitas apontadas pelo chefe do instituto é na área de formação e treinamento de profissionais dentro de órgãos públicos.

Lozardo diz ainda que outro caminho para geração própria de receitas é a consultoria, tanto na área de avaliação de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional, quanto de projetos de análise de custos e benefícios de empreendimentos em infraestrutura. "Esse outro lado vai nos permitir ter fonte de recurso importante para o Ipea. Isso está sendo montado."

A ideia, explicou, é fazer ou reconfigurar convênios com instituições inclusive do exterior de forma a que se viabilize que os recursos pagos para esse tipo de consultoria possam ser usados pelo Ipea independentemente dos limites de empenho e pagamento dados pelo Tesouro Nacional.

As consultorias realizadas para o governo federal não seriam cobradas, mas, para os demais entes da federação e outros órgãos, poderia haver alguma cobrança, a ser definida conforme o convênio que viabilizar esse processo. Lozardo disse que isso não demandaria mudança de legislação e sim reconfigurações e novos desenhos em torno dos convênios celebrados ou a serem firmados pela instituição.

"Estamos tentando ter mais autonomia financeira por meio de consultorias nacionais e internacionais. Vamos usar esses recursos para gastos discricionários", afirmou o presidente do Ipea, listando contratação de bolsistas, treinamento e viagens, reformas de escritório e renovação de máquinas e

equipamentos como os itens que podem ser financiados por esses recursos próprios.

Vale lembrar que o movimento do Ipea se insere dentro do contexto no qual o próprio governo, no ambiente do teto de gastos, estuda alternativas para dar mais autonomia para algumas instituições públicas, como universidades e fundações, conforme noticiou o Valor em novembro do ano passado.

Lozardo destaca também que, independentemente desse esforço de maior autonomia financeira, o Ipea tem sido fortemente demandado no esforço de avaliação de políticas públicas, parte do processo de busca de maior eficiência e produtividade do gasto público.

Ele cita a participação em análises de programas como Fies, Bolsa-Família, Seguro-Defeso, entre outros realizados no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), e, mais recentemente, a inclusão do órgão pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública para ajudar a montar o plano estratégico de ação da pasta, comandada por Raul Jungmann.

Ele ressalta que nos últimos anos o órgão tem ampliado seu esforço de atuação em parcerias tanto dentro do governo quanto fora, com instituições similares, universidades e outras organizações sociais nacionais e estrangeiras.

Massa salarial atinge R\$ 194,1 bilhões e praticamente zera as perdas da crise

Valor Econômico - 02/04/2018

A combinação de aumento de trabalhadores empregados com alta da renda provocou uma reação mais rápida da massa de salários em circulação na economia, que cresceu em R\$ 8 bilhões em termos reais em um ano, para R\$ 194,1 bilhões no trimestre encerrado em fevereiro. Isso significa que o total da renda real praticamente recuperou as perdas da crise - o valor era de R\$ 194,7 bilhões em igual período de 2015, pico histórico da série.

Conforme dados divulgados pelo IBGE, a massa de rendimento real habitualmente recebida no país cresceu 4,1% no trimestre findo em fevereiro, frente ao mesmo período de 2017. O avanço foi resultado da geração de 1,7 milhão de postos de trabalho nessa base de comparação, além do incremento de 2,1% da renda dos trabalhadores ocupados, que chegou a R\$ 2.186.

Segundo Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o avanço da massa foi um dos pontos positivos da pesquisa de emprego do IBGE. O indicador cresceu em média 4% nos últimos seis meses. Ele estima que a massa salarial real deve crescer 4,2% neste ano, quase o dobro do avanço de 2017 (2,3%). "Além disso, o equilíbrio desse crescimento é melhor agora", avaliou o economista da MB Associados.

O maior volume de recursos em circulação tende a contribuir para o aumento do consumo das famílias neste ano e, conseqüentemente, da atividade econômica, segundo economistas. Nas projeções da LCA Consultores, o consumo das famílias deverá crescer 4% neste ano, frente a 2017. Se a projeção se confirmar, esse componente da demanda crescerá no ritmo mais rápido desde 2011 (4,8%).

Cosmo Donato, economista da LCA, acrescenta que o avanço do consumo será influenciado também pelo crédito. Ele lembra que a taxa básica de juros, a Selic, está no menor patamar de sua história, em 6,5% ao ano. O Banco Central (BC) indicou que a taxa tende a sofrer novo corte de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom, em maio.

"Além dos juros mais baixos, vemos uma redução do comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas. Essa desalavancagem abre espaço para as famílias voltarem a tomar mais crédito, inclusive num ambiente de melhor confiança", afirmou Donato.

Quando comparado trimestre móvel anterior (setembro-outubro-novembro), a massa real salarial - que não inclui outras fontes de renda para além do emprego, como aposentadorias, pensões, aplicações financeiras - também cresceu, embora em ritmo mais moderado, de 0,4%. Essa pequeno avanço refletiu a piora da taxa de desemprego no período, para 12,6%, acima do trimestre anterior (12%).

"A massa seguiu crescendo apesar da queda da população ocupada no país. Isso foi possível porque a renda teve crescimento real, de 1,3%. O rendimento continua positivo apesar do reajuste pequeno do salário mínimo", disse o economista da LCA.

Para Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o avanço da taxa de desemprego era esperado, por conta das dispensas típicas de trabalhadores temporários no início de ano. "Em fevereiro, isso ocorre também com a passagem do carnaval. Pode ser que isso continue ainda na entrada do mês de março", disse Azeredo.

Pelos cálculos do Itaú Unibanco, a taxa de desemprego teria recuado 0,1 ponto percentual, para 12,4%, não fosse o efeito sazonal do mercado de trabalho no período. Para o economista Alberto Ramos, diretor do banco Goldman Sachs, a dinâmica do emprego e dos salários seria "encorajadora" na medida em que aponta para uma melhora gradual do mercado de trabalho.

Novos hábitos vão mudar 'cara' da inflação

Valor Econômico - 02/04/2018

Serviços como Netflix, Uber, Spotify entraram na vida - e no orçamento - de parte das famílias brasileiras nos últimos anos, mas permanecem de fora da cesta de consumo usada para medir a inflação oficial do país. Atualizada pela última vez entre 2008 e 2009, essa cesta de bens e serviços consumidos pelas

famílias exibe ainda itens cada vez mais obsoletos, desde "locação de DVD" à compra de "CD e DVD", além de "filmadora".

A boa notícia é que a distância entre esses novos hábitos e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que orienta o sistema de metas de inflação, poderá ser eliminada a partir do ano que vem, quando serão publicados os resultados da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2017/2018 - pesquisa do IBGE que mede o perfil de consumo das famílias e orienta pesos de bens e serviços no índice de inflação.

Segundo André Martins, gerente da POF, a pesquisa está em campo desde junho do ano passado. No fim de março, 56 mil domicílios haviam sido abordados pelos agentes do IBGE, 74% dos 75 mil domicílios previstos em 1.900 municípios. Ele diz que mil pessoas estão envolvidas na realização da POF, a primeira do instituto a usar tablets para preencher questionários.

"A pesquisa vai captar tendências como TV com programação sob demanda, consumo de aplicativos para celular. O questionário também vai captar mais detalhadamente os gastos com animais de estimação. Toda essa coleta será concluída em junho. Os resultados serão disponibilizados no início de 2019", disse o gerente da POF, acrescentando que a taxa de rejeição - domicílios que não quiseram ou não puderam participar da pesquisa - está em 10%, dentro dos padrões.

A Pesquisa de Orçamento Familiar foi a campo pela última vez há quase dez anos, entre 2008 e 2009 - embora a recomendação internacional seja de realizá-la a cada cinco anos. O atraso tem origem na histórica restrição orçamentária do IBGE. No Reino Unido, que realiza a pesquisa a cada ano, o índice incorporou há mais de três anos itens como "streaming" de vídeos e cigarros eletrônicos.

Segundo Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, o IBGE não acompanha o comportamento de preços desses serviços da nova economia digital. Até porque seria inútil acompanhá-los, já que o IBGE não sabe quanto eles pesam no orçamento das famílias para lançá-los no IPCA. O índice mede preços de bens e serviços consumidos por famílias com renda mensal de um a quarenta salários mínimos.

Para Gonçalves, a atual falta de atualização não tornaria o índice ruim. Ele lembra que os pesos de bens e serviços são atualizados também pela variação de preços - ou seja, quando um produto fica mais caro, ele pesa mais no índice. Além disso, 'locação de DVD' pesa só 0,11% no IPCA, por exemplo. O gerente prefere não dar prazo para a atualização. Quando o IBGE realizou a POF 2007/2008, a reponderação do IPCA ocorreu só em 2012.

"Acho que grupos como alimentação, transporte e habitação tendem a continuar com peso importante no índice. O que pode mudar são seus componentes, com a saída de um item e a entrada de outro. No campo da alimentação, que representa um quarto do IPCA, não se inventou nada desde a

última pesquisa. Escola, aluguel, transporte público e gasolina continuam sendo componentes importantes do custo de vida", disse.

Segundo o economista André Braz, coordenador do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que a última POF foi realizada em momento de maior "pujança" da economia, quando o perfil de consumo tenderia a ser diferente do atual ciclo de saída da crise. Naquela POF retratou-se o consumo de classes sociais em ascensão, como carro novo e cursos extras.

"Como a economia é cíclica, você precisa renovar esses pesos com frequência. Despesas com serviços privados tendem a ter peso menor no orçamento hoje, por causa da crise e desemprego. Famílias não abrem mão de alimentação, mas podem deixar de ir ao cinema", afirma o Braz. "Se demorar muito a identificar mudanças de consumo, você corre o risco de jogar uma inflação irreal no índice de preços."

Como o IPCA baliza a política de monetária, o economista afirma que seria adicionalmente importante manter a cesta de consumo do indicador atualizada para manter o Banco Central (BC) informado e subsidiar decisões "mais acertadas" pelo Comitê de Política Monetária (Copom). "Não tenho certeza se com os novos pesos o IPCA vai mudar muito, mas é fato que dez anos é muito tempo", diz Braz.

Luis Otávio Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil, acrescenta que, com a divulgação da POF 2017/2018, será possível recalcular a inflação oficial brasileira dos últimos anos com base na nova cesta de consumo. Ele lembra que o IPCA foi de 6,5% em 2011, por exemplo. Se o índice daquele ano já tivesse sido medido com a POF de 2008/2009, o índice teria ficado em 6,1%.

"A tendência é que, com a crise, alimentação em domicílio tenha ganhado peso em relação a serviços, por exemplo. Na crise, a tendência das famílias é dar ênfase a artigos de primeira necessidade, como os alimentos e higiene e beleza. Então, quando retopolarmos a inflação dos últimos anos, provavelmente vamos ver índices menores do que foram divulgados", disse Leal.

O IBGE tem planos de transformar a POF em uma pesquisa contínua. A pesquisa seria atualizada anualmente, como ocorre no Reino Unido e nos EUA. Para isso, a ideia é fazer uma pesquisa detalhada e longa a cada cinco anos. Entre um levantamento e outro, realizar pesquisas menores e menos aprofundadas para atualizar pesos. É um plano ainda sem orçamento e prazo. A tendência é que não seja colocado em prática antes do Censo 2020.

Supermercados e indústria se unem contra crise

O Globo - 02/04/2018

No Rio, devido à crise, as vendas nos supermercados caíram 1% em 2017. Em busca da estabilidade este ano, setor faz parceria com a indústria para garantir preços menores.

A perda de 1% nas vendas em 2017 no Rio de Janeiro — metade do prejuízo esperado em meio à crise fiscal que derrubou o consumo no estado — foi motivo de comemoração para os supermercados fluminenses. Esse resultado foi obtido graças à união entre varejo e indústria. Para garantir vendas, os dois setores negociaram promoções, sobretudo reduções de preço, e precisaram abrir mão de parte de suas margens de ganho. Foi um caminho para estimular o consumo e, por consequência, também a produção. Com o fim da recessão, o setor supermercadista já mostra recuperação no país. No Rio, porém, as melhores apostas são de fechar 2018 com estabilidade. Para que isso aconteça, avaliam as empresas, o casamento indústria-varejo precisa continuar.

— Na crise, é como se tivesse havido um velório e todos tivessem chorado o morto juntos. É o momento em que todos se unem, se ajudam. Mas o enterro acabou, ao menos para o resto do Brasil. No Rio, ainda não. Nos anos de recessão, houve muita promoção para garantir vendas e fomentar a atividade industrial. Então, o varejo e a indústria se uniram. No mercado fluminense, esse movimento precisa continuar este ano — avalia Fábio Queiroz, presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj).

No Brasil, as vendas do setor supermercadista avançaram 4,3% em 2017, para R\$ 353,2 bilhões, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) em parceria com a consultoria Nielsen, após ter ficado estável em 2016. No Rio, o faturamento bateu R\$ 38,8 bilhões, queda de 1% em relação a 2016. A estabilidade só deve vir este ano.

— No ano passado, a redução de preços se intensificou no varejo. E isso impacta as vendas. Houve aumento de vendas em consequência de promoções em todos os mercados que acompanhamos. No Rio, com uma deflação dos alimentos superior à registrada no resto do país, as promoções devem ter tido um peso ainda maior — explica Ana Szasz, consultora de varejo da Nielsen.

‘Ainda não saímos da crise’

O consumidor, no entanto, continua Ana, tem uma baixa percepção dessa redução de preços nas prateleiras. Em 2017, apenas 6% das vendas com descontos fizeram o consumidor levar para casa algo que não planejava adquirir. Mas cresceu o número de categorias em que o desconto ganhou relevância para alavancar as vendas. Em 72,1% das categorias que reduziram preços houve aumento de vendas. E 33,6% daquelas que fizeram promoção teriam registrado queda nas vendas sem a remarcação.

— Isso mostra que o varejo e a indústria devem estar atentos. Será que se faz tanto corte de preço que o desconto já não dá o gostinho de promoção verdadeira? É preciso dar desconto de forma pensada. A duração da promoção tem que ser pontual, avaliar frequência e a profundidade, além de casar com outras ações — destaca Ana. Do lado da indústria, a visão não é diferente. — A crise fez o varejo e a indústria trabalharem a quatro mãos. Não é só baixar preço, mas ter estratégia de venda, de exposição de produto. São ajustes que podem fazer as vendas saltarem. E a indústria pode ajudar muito nesse sentido. Existe demanda pela redução de preço, mas tudo depende do perfil da loja — explica Tarcísio Bravo Júnior, diretor comercial da Limppano, de produtos de limpeza.

Queiroz, da Asserj, destaca que o perfil do varejo fluminense ajuda na negociação com a indústria:

— O Rio é marcado pela atuação de grandes redes regionais, que têm grande força de negociação e composição de preço. As redes menores já entenderam que a escala ajuda na parceria com a indústria. O surgimento da Integra é exemplo disso.

As redes SuperPrix, Princesa, Costazul, Vianense, Bramil, Campeão, Real de Itaipu e Inter criaram a Central de Negócios Integra, reunindo 130 lojas. É aposta em ganho de escala, explica Viviane Areal, diretora do SuperPrix:

— Juntos, faremos melhores negociações com a indústria alimentícia, possibilitando o aumento do volume das negociações e evitando, assim, prejuízos como o encolhimento das redes, corte de custos, de pessoal e redução de operações, o que beneficia a todos e ao consumidor final.

Os grandes do setor confirmam os esforços em corte de preço. Sérgio Leite, diretor comercial do Mundial, que tem 18 unidades e abrirá mais duas este ano, na Barra da Tijuca e em Niterói, avalia que a parceria com a indústria precisa permanecer:

— Tem que continuar. Ao contrário do resto do Brasil, ainda não saímos da crise. O governo fluminense ainda não botou os salários em dia. O Rio precisa ser ainda encarado como praça deficitária.

Apesar da crise, o Mundial registrou alta de 1,5% nas vendas em 2017. Descontando-se a inflação, porém, houve queda. Leite estima que este ano deve haver crescimento real:

— Confiamos na melhora e estamos investindo em expansão. Mas, por ora, é preciso manter promoções. Estamos revendo margens para manter o cliente ativo em algumas categorias, sobretudo em limpeza da casa e higiene pessoal. Produtos como amaciante e sabonete líquido já eram hábito e foram sendo cortados.

Para Ana, da Nielsen, o desconto pode, de fato, manter alguns itens no carrinho, mas o varejo deve apostar em um conjunto de ações:

— As promoções podem evitar que o consumidor desista de comprar produtos de uma categoria específica. Está claro, porém, para o varejo e para a indústria, que esse movimento não depende apenas do preço. É preciso entender a necessidade do cliente, rever embalagens e formatos de apresentação de um produto, avaliar a exposição na loja.

Com 25 lojas e previsão de abrir mais uma este ano, a rede Supermercados Guanabara mantém a estratégia de preços baixos.

— O Guanabara tem longa parceria com os fornecedores. Cada dia da semana temos uma seção a preço de custo. Também trabalhamos com produtos-chave em promoção. O grande momento é o Aniversário do Guanabara, quando a rede trabalha com preços ainda mais baixos — conta Lenício Barbosa, diretor de operação do grupo. — Apenas o preço competitivo deixou de ser um diferencial.

Mas ele admite que é preciso trabalhar com redução na margem de lucro:

— Já enfrentamos crises piores do que essa, inclusive com inflação e taxas de desemprego maiores do que temos hoje. Então, a estratégia é manter crescimento com margem menor de lucro.

Preocupação com a margem de ganho

O impacto nos ganhos preocupa o varejo. André Portes, à frente do Multimarket, diz que o foco, agora, deve ser retomar a margem saudável de vendas:

— O preço nas gôndolas caiu porque todos abrimos mão de margem. Isso afeta o fluxo de caixa. Os varejistas ficam com menos recursos para gastos não previstos, sobra pouco ou nada para investir.

Rodrigo Gagliardi, gerente executivo de vendas da JBS Carnes, faz coro:

— Cortar preço reduz margem. Se o varejista não tiver boa estratégia, corrói seus ganhos.

"A Europa se voltou para nós" Correio Braziliense - 02/04/2018

As recentes jogadas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no tabuleiro do comércio internacional continuam provocando ampla discussão. O Brasil, apesar de ter uma participação muito pequena no mercado de produtos e serviços transacionados no mundo, também foi alvo das decisões protecionistas recentes do líder republicano. As indústrias do aço e de alumínio foram as que mais sentiram o impacto da sobretaxa imposta pelo governo americano. As ações das companhias brasileiras que atuam nesses setores perderam valor diante da possibilidade de redução do volume de exportações

para os EUA e do aumento da importação desses produtos a preços que dificultem a briga no mesmo nível de competitividade.

Agora, a diplomacia brasileira tenta negociar para que o país fique de fora da decisão de Trump e mantenha seus embarques nas mesmas condições anteriores ao rompante presidencial. Paralelamente, as principais vítimas das sobretaxas anunciadas pelo presidente americano, como China, União Europeia e Coreia do Sul, ameaçam levantar a voz e também partir para retaliações.

Para Roberto Jaguaribe, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a Apex Brasil, que tem grande experiência na função de embaixador em países como China e Reino Unido, o Brasil pode encontrar oportunidades em um momento de tensão comercial, especialmente entre Estados Unidos, União Europeia, China e países do Nafta – o bloco comercial formado pelos EUA, México e Canadá.

Jaguaribe acredita que a decisão de Trump de dificultar as importações em alguns setores poderá ser o empurrão que faltava para que o Mercosul finalmente assine o acordo comercial com a União Europeia. “A Europa se voltou para nós”, afirma. Ele alerta, ainda, para o fato de que a Organização Mundial do Comércio (OMC) está enfraquecida, o que pode ser um problema diante das batalhas comerciais envolvendo protagonistas globais como Estados Unidos e China.

O Brasil está muito exposto à guerra comercial deflagrada pelos Estados Unidos?

Não vejo nenhuma razão para o Brasil se transformar em eixo central de possíveis acirramentos de conflitos comerciais. Não há a menor dúvida de que pode resvalar algum efeito negativo para nós e vamos procurar evitar que ele nos atinja de forma significativa. Neste momento, não temos nenhum indício de que um setor em particular será afetado negativamente. Sempre há outras questões que podem influenciar, mas não em função de um conflito desse tipo.

Por outro lado, o Brasil pode buscar oportunidades com essa tensão comercial pairando no ar?

Uma postura mais avessa à internacionalização de alguns países faz com que outros países busquem novas parcerias. De certa forma, esse comportamento dos Estados Unidos mais refratário ao comércio com a Europa, com a Ásia e mesmo em relação ao acordo com os países do Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que inclui Estados Unidos, Canadá e México), leva outros parceiros comerciais a buscar alternativas. É o caso de Canadá e México, que têm uma concentração enorme de comércio com os Estados Unidos. Isso gera um potencial reflexo negativo para eles.

Como fica o Brasil?

O Brasil, ao lado do Mercosul, está fazendo um esforço de se aproximar do Canadá e da mesma forma se empenha para completar o ciclo de negociação para a Aliança do Pacífico. Falta acertar com o México, porque Colômbia, Peru e Chile já têm acordos com o Brasil no âmbito do Mercosul. Nesse sentido,

existe uma vontade maior daqueles países mais afetados em buscar alternativas. E isso já está gerando situações favoráveis ao Brasil nas negociações comerciais.

Que tipo de papel a Apex pode ter em um momento de indefinições no comércio mundial?

A Apex tem a responsabilidade de promover as exportações brasileiras e os investimentos no Brasil, além de apoiar empresas brasileiras no exterior. Esses movimentos protecionistas acentuam a necessidade de o Brasil se posicionar também para ter mais empresas nacionais se internacionalizando. Quando uma empresa começa a operar fora, automaticamente ela vai ampliar o comércio com aquele país no qual ela vai se estabelecer.

E no movimento oposto, das empresas estrangeiras que vêm para o Brasil?

Ocorre o mesmo em relação às empresas estrangeiras que vêm para cá e que vão aumentar o comércio entre seu país de origem e o Brasil. Esse é um dos papéis em que a Apex pode ajudar, mas ela também tem uma atuação mais direta no âmbito da Camex (Câmara de Comércio Exterior, ligada ao Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços, o MDIC), além de ter condições de promover sinergia em assuntos relevantes entre a esfera federal e o setor produtivo.

Esta pode ser uma oportunidade para que finalmente o Mercosul e a União Europeia assinem acordos de cooperação?

Todos os indícios apontam para isso, mas eu vou além. Mais do que o interesse em um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, há uma convergência de interesses entre Argentina e Brasil, o que permite mais coesão para nos engajarmos em novos processos negociadores. O mais evidente é com a União Europeia, que está em vias de ser concluído e que foi beneficiado por essa maior relutância dos Estados Unidos em se engajar em uma negociação comercial que acabou sendo paralisada. Como consequência desse processo, a União Europeia se voltou para nós em um processo que já era muito antigo, mas que até então não deslanchava. Com tudo isso, os indícios são muito positivos para que haja em breve um acordo com a União Europeia, o que poderá trazer inúmeros benefícios para o Brasil.

Pela experiência que o senhor tem na diplomacia, é possível imaginar um recuo nas ações mais extremas depois de iniciada uma guerra comercial?

Existem inúmeras possibilidades, mas tenho certeza de que, neste momento, os atores relevantes, não só os agentes públicos, mas também os privados, estão atuando para impedir que haja um processo de deflagração plena de uma guerra comercial. Não só os Estados Unidos, mas também países como a China, que é um grande comerciante global, têm o seu papel. Por isso, não acredito que cheguemos a um ponto de difícil reversão dessa situação. Por mais que se viva um período de alguma tensão, não acredito que os efeitos negativos sejam permanentes.

Por tudo que o senhor viveu no avanço do comércio mundial nas últimas décadas, é possível imaginar que ocorreram mudanças relevantes no que entendemos hoje por globalização?

Não acredito que haja um permanente surto de contenção da globalização; até porque iniciativas protecionistas são uma forma de diminuir os impactos e o próprio processo de globalização. Ela traz benefícios às economias, mas também há inevitáveis perdas específicas para determinados grupos. Por essa razão, é importante que não se perca a coesão, que esses setores prejudicados tenham uma atenção particular para não ficarem à míngua. Em parte, isso explica o que aconteceu nos Estados Unidos, essa ideia do presidente Donald Trump e a reação da União Europeia. Protecionismo é uma forma de reduzir impactos, mas não acredito que vá perdurar, porque o benefício da globalização é muito claro, ainda que alguns setores ou países saiam perdendo, especialmente os pequenos.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem protagonismo para atuar neste momento mais tenso da economia mundial?

A OMC é resultado de um esforço crescente de racionalização e de criação de normas e regras para a conduta do comércio internacional. É evidente que ela está enfraquecida hoje e que não tem poder, mesmo em seu eixo mais relevante, que é a resolução de controvérsias e conflitos.

O que explica a perda de poder da OMC nos últimos anos?

Isso é reflexo também dos interesses dos Estados Unidos, já que a OMC não tem se comportado de acordo com os anseios americanos. Ela foi criada para atender a esses interesses, de forma que há certas contradições que precisam ser resolvidas. Não há dúvidas de que a OMC está enfraquecida, mas ela precisa se reerguer para garantir processos saudáveis de trocas comerciais.

Longa trajetória

Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o diplomata ocupou o cargo de embaixador do Brasil na China, na Mongólia, no Reino Unido e na Irlanda do Norte. No Ministério das Relações Exteriores, foi subsecretário-geral de Política, diretor do Departamento de Promoção Comercial e chefe da Divisão de Propriedade Intelectual. No exterior, atuou ainda como ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington. Também foi conselheiro na Delegação Permanente do Brasil em Genebra, atuando como delegado no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e na Conferência de Desarmamento.

**Temer aceita equipe econômica
Correio Braziliense - 02/04/2018**

O presidente Michel Temer aproveitou o domingo para azeitar a equipe econômica, a mais efetiva do governo, e que passará por mudanças nesta reforma ministerial. A expectativa é de que 14 pastas sejam mudadas. Por enquanto, quatro ministérios já confirmaram mudanças nas chefias: Transporte,

Saúde, Fazenda e Planejamento. O último foi confirmado na tarde de ontem pelo presidente Michel Temer.

A troca no Planejamento envolverá uma mudança em duas áreas. O novo ministro é o atual secretário executivo, Esteves Colnago. Ele entra no lugar de Dyogo Oliveira, que será remanejado para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no lugar de Paulo Rabello de Castro, que será candidato ao Planalto. Ambos se encontraram com Temer e uma série de ministros e líderes para tratar do tema. “O presidente está analisando, está discutindo e vai ter condições de formar ainda nesta semana todo o gabinete ministerial”, comentou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), na saída da reunião.

Jucá, inclusive, não pode reclamar do resultado dos encontros de ontem. Ele conseguiu manter sua ascendência sobre o Planejamento e, agora, também sobre o BNDES. Venceu a queda de braço com Henrique Meirelles, que tentava emplacar Mansueto Almeida no Planejamento. Também estavam presentes na reunião os ministros da Secretaria de Governo, Carlos Marun, da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o vice-líder do governo na Câmara, Darcísio Perondi (PMDB-RS). Meirelles sequer participou do encontro. Na saída da reunião, Marun afirmou que o presidente Temer ouviu o ministro Dyogo Oliveira “de forma mais decisiva”, já que é o líder da pasta.

Meirelles tem outros passos com os quais se preocupar. Ele próprio vai deixar a Esplanada, o PSD e ingressar no MDB. A cerimônia será às 11h na sede do partido, no Lago Sul. O sonho dele é concorrer a presidente, mas já sinalizou que, se Temer desejar a vaga, aceita ser indicado como vice.

O mais cotado para substituir o ministro é o secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia. Apesar disso, o nome ainda não foi confirmado pelo presidente Michel Temer. Jucá negou que haja um impasse na definição de Guardia na Fazenda, que teria por ter pouca habilidade política com o Congresso Nacional.

“Não é um impasse. O que há, na verdade, são tratativas. Como o ministro Meirelles não saiu ainda (da Fazenda), em tese, ele está conversando, esgotando dentro da equipe os caminhos que ele pode propor e o presidente vai ouvir com muita atenção”, apontou o líder.

A posse da nova equipe econômica deve ocorrer na quinta-feira, segundo Marun, quando houver a definição no Ministério da Fazenda. “Acredito que a Fazenda seja definida em dois, três dias”, afirmou o ministro. Ele destacou que não vê “falta de habilidade política” em Guardia. “Ele é um nome cotado e presta um excelente serviço ao governo”, afirmou. “Tem competência para isso, mas ainda existe a necessidade de tomada de decisão (do presidente Temer). Não vejo falta de habilidade política. Eu vejo que é uma pessoa que preenche os requisitos para o exercício dessa importante missão”, destacou.

Possível denúncia

Questionados se a reforma ministerial será utilizada para aumentar as forças do presidente sob uma possível denúncia contra o presidente, após as prisões de amigos de Temer, na última quinta-feira — as prisões foram revogadas pelo ministro Luís Roberto Barroso no sábado —, Jucá e Marun defendem que não há motivos para um terceiro processo de cassação e que os novos nomes para os ministérios precisam ter “trânsito político”.

“Ministro é um cargo político e é claro que é preciso ter bagagem técnica. Mas o foco do presidente é ter uma visão política e técnica conjuntamente”, afirmou o líder do governo no Senado. “Os ministros têm que ter trânsito político. Não quer dizer que nós tenhamos a necessidade de colocar à frente (dos cargos) políticos”, destacou Marun. O Palácio do Planalto teme que uma terceira denúncia contra o presidente saia nos próximos meses, porque a fragilidade do chefe do Executivo é ainda maior neste ano, por conta das eleições.

Jucá defendeu que “agora” o presidente deve ir para o “palanque” para se defender de qualquer acusações. “Eu acho que qualquer ilação não deve postergar ou embotar a condição do presidente em ter o que dizer, ter o que mostrar, e ter a condição também de defender o nosso legado”, afirmou. O líder apontou que o Temer não definiu se será candidato à reeleição, “mas está trabalhando nessa direção”. “Se depender do MDB, vai acontecer”, completou.

“O presidente está analisando está discutindo e vai ter condições de formar ainda nesta semana todo o gabinete ministerial” Romero Jucá (MDB), líder do governo no Senado.

Mercado projeta retomada do emprego **Correio Braziliense - 02/04/2018**

Se os indicadores de emprego ainda revelam situação dramática no país, com um contingente de 13,1 milhões de trabalhadores sem renda formal, a boa notícia é que o ritmo de contratações vai aumentar em 2018. Projeções do Ministério da Fazenda mostram que o país criará 2,5 milhões de postos de trabalho até o fim do ano, o melhor resultado desde 2010, em diversas atividades e para profissionais de diferentes níveis. “Ao contrário de outros períodos, quando havia vagas apenas para setores específicos e determinadas qualificações, em 2018, os empregos estão disseminados por todas as áreas e salários”, diz o consultor de carreiras e headhunter Ramiro Kitayama.

O cenário é animador até para os que enfrentam o quadro mais dramático. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), praticamente 30% dos jovens brasileiros de até 25 anos apenas estudam ou não fazem nada — é a taxa mais alta desde 1991. Agora, no entanto, ela começa a ser combatida.

Há alguns dias, o Grupo Talenses, consultoria de recrutamento e seleção, lançou marca especializada em inserir profissionais em início de carreira no mercado de trabalho. Trata-se da Mappit, que acompanha a tendência do

grupo de dar suporte especializado a momentos diferentes na vida de um profissional. Segundo Rodrigo Vianna, CEO da Mappit, em 2018 haverá aumento no número de vagas para os profissionais iniciantes, aqueles que se enquadram na faixa salarial de até R\$ 8 mil. Melhor ainda: o executivo afirma que a retomada se dará em um período curto e ainda no primeiro semestre.

As projeções da empresa mostram que as áreas ligadas ao setor de tecnologia são as mais promissoras, graças especialmente ao avanço de startups e fintechs, que já apresentam um volume de contratações considerável. Também há demanda crescente para profissionais de finanças e das áreas de compras e de supply chain das empresas.

As oportunidades não se limitam aos jovens. De acordo com o Estudo de Perspectivas de Carreiras e Profissões do PageGroup, que consultou 2 mil executivos e 15 mil profissionais, 50% dos gestores no Brasil pretendem contratar colaboradores em 2018. Não é só. O levantamento também concluiu que 82% das companhias pretendem manter ou ampliar seus quadros neste ano.

Estudo realizado pela empresa de recrutamento Hays chegou a um resultado parecido. Segundo o levantamento, nove em cada dez empresas pretendem contratar em 2018. Além disso, a pesquisa revelou que 72% das contratações serão para vagas permanentes, as mais disputadas.

Alguns setores são especialmente pulsantes. Responsável por salvar a economia do país em 2017 (segundo estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o setor contribuiu com 23,5% do PIB brasileiro, a maior participação em 13 anos), o agronegócio tem sido um grande gerador de vagas.

Entre 2016 e 2017, as contratações no campo aumentaram 25%, segundo a consultoria Michael Page. E a tendência é de alta para os próximos anos. As posições mais solicitadas estão nas áreas de operações (50% das contratações), finanças (30%) e vendas (20%), e os salários se concentram na faixa entre R\$ 6 mil e R\$ 25 mil. Um outro estudo, da consultoria Exec, traz resultados ainda mais impressionantes: crescimento de 40% de vagas entre 2016 e 2017 – ou seja, os resultados vieram em plena crise no Brasil.

Não é preciso muito esforço para entender o que as pesquisas apresentadas acima demonstram. Elas são um sinal inequívoco de que o país virou a página da crise. Por mais que os indicadores do emprego ainda sejam escandalosos – 13,1 milhões de desempregados equivalem à soma da população de Áustria e Dinamarca –, o primeiro passo começou a ser dado. “Ninguém vai ser maluco de dizer que a situação não é grave”, diz o consultor Ramiro Kitayama. “O importante é olhar para a frente. E o horizonte mostra um cenário muito mais positivo.”

Os campeões

Estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT), renomada universidade dos Estados Unidos, listou os cargos mais promissores para os próximos anos. Confira alguns deles:

» Técnico em energia renovável

Com o avanço das energias renováveis no mundo, técnicos de energia solar fotovoltaica e de turbinas eólicas serão alguns dos profissionais mais procurados nos próximos 10 anos

» Engenheiros de Inteligência Artificial (IA)

As empresas especializadas em IA têm dificuldades para encontrar profissionais capacitados para levar seus projetos adiante – e esse ramo do conhecimento é um caminho sem volta.

» Cuidador

Com o aumento da expectativa de vida, a procura por assistência à saúde doméstica e auxílios em cuidados pessoais vem crescendo de forma expressiva. Estima-se que, no mundo, 3 milhões de vagas serão abertas nessas áreas na próxima década.

41% dos desempregados têm contas em atraso e dívida chega a R\$ 2 mil **DCI - 02/04/2018**

Quatro (41%) em cada dez desempregados possuem contas em atraso atualmente, sendo que 27% estão com o nome negativado em serviços de proteção ao crédito. A conclusão é de um levantamento feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) com brasileiros que estão sem trabalho. A pesquisa revela ainda que os compromissos mais atrasados são parcelas no cartão de loja (25%), faturas do cartão de crédito (21%), contas de luz (19%), contas de água (15%) e parcelas do carnê ou crediário (11%). De forma geral, o tempo médio de atraso das dívidas é de quase sete meses e o valor da dívida chega a R\$ 1.967,00, em média. Além das dívidas atrasadas, o estudo descobriu que 17% dos entrevistados possuem prestações a pagar nos próximos meses, fato que pode prejudicar a manutenção do orçamento em dia. “As dívidas podem se tornar um pesadelo para quem está sem fonte de renda”, diz economista Marcela Kawauti. Nesse cenário, bicos e trabalho temporário são principal fonte de sustento para 33% dos desempregados brasileiros.

Projeção do PIB cai de 1% para perto de zero no primeiro trimestre de 2018

DCI - 02/04/2018

As projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre recuaram de uma média de crescimento de 1% para um número próximo de zero, após a divulgação dos dados da indústria e dos serviços referentes a janeiro.

O cenário indica que a economia ainda se recupera de forma mais gradual do que consistente, avaliam especialistas entrevistados. Na semana passada, o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, diminuiu de 1% para 0,4% a sua expectativa para a expansão do PIB do trimestre encerrado em março de 2018, contra o período imediatamente anterior (na margem). Para o ano fechado de 2018, a projeção foi de 3% a 2,7%.

“Os indicadores econômicos têm registrado um comportamento bem errático [volátil]. Os serviços e a indústria caíram forte em janeiro e o comércio está andando de lado”, diz Newton.

“Esse cenário mostra que há uma fragilidade na recuperação econômica. As coisas vão melhorar, mas em um ritmo mais lento do que estávamos estimando”, complementa o economista-chefe.

Em janeiro, o volume de serviços recuou 1,9% em relação a dezembro de 2017, enquanto a produção industrial registrou queda de 2,4% no mesmo período, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgará amanhã a produção industrial de fevereiro.

Surpresa negativa

O economista da Pezco Economics Helcio Takeda comenta que a retração de 1,3% dos serviços em relação a janeiro de 2017 surpreendeu negativamente, principalmente pelo fato de se tratar de uma base de comparação bastante deprimida. Na margem, a Pezco esperava que o PIB crescesse 0,8% no primeiro trimestre, no entanto, a consultoria ainda está revisando a sua projeção que, agora, deve ficar mais próxima de zero. “A variação deve ficar entre queda de 0,5% e alta de 0,5%, o que significa que estamos assumindo uma premissa de cenário base de crescimento zero, no primeiro trimestre”, afirma Takeda. Com essa mudança, a expectativa inicial da Pezco para o aumento do PIB de 2018 saiu de uma alta de 3,9%, para elevação de 3,5%.

O economista conta que aguarda novos dados da indústria setor que, para ele, ainda mostra sinais contraditórios. Takeda explica que, se por um lado, os indicadores de fevereiro do fluxo de veículos pesados nas rodovias, produção de papelão e consumo de energia têm registrado um desempenho fraco ou negativo, por outro, a produção de veículos, caminhões e máquinas agrícolas está com variações positivas.

Já o economista da GO Associados Luiz Castelli diz que ainda mantém a previsão de avanço de 0,7%, na margem, no trimestre encerrado em março,

mas admite que os dados dos serviços e da indústria vieram abaixo do esperado.

Ele avalia que a recuperação da economia está mais para gradual do que para consistente, tendo em vista que os indicadores ainda registram bastante volatilidade. Para Castelli, o cenário de incerteza política das eleições está “retraindo um pouco” a demanda e os investimentos. No ano, ele espera alta de 3% no consumo das famílias e aumento de 4,5% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Do lado da oferta, o economista da GO espera que, no primeiro trimestre de 2018, a indústria (+1,5%) e dos serviços (+0,7%) cresçam na margem, enquanto a agropecuária deve ter estabilidade.

Para Newton Rosa, o elevado nível de desemprego ainda limita a expansão do consumo. A melhora da ocupação, diz ele, tem ocorrido mais pelo lado informal do que formal da economia, o que implica em um rendimento menor. “Além disso, o endividamento das famílias, apesar de ter recuado, ainda é alto, o que acaba sendo uma barreira para acelerar o consumo via expansão de crédito”, destaca o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, pontuando que as empresas também se encontram muito endividadas.

Número de ações judiciais cai pela metade

Correio Braziliense - 02/04/2018

Nos três primeiros meses de vigência da reforma trabalhista, o número de ações abertas na Justiça caiu à metade em relação ao mesmo período de um ano atrás — de 571 mil para 295 mil. Os processos também estão mais enxutos. Pedidos de indenização por dano moral e adicional de insalubridade e periculosidade praticamente desapareceram das listas de demandas.

A nova lei determina que, se o trabalhador perder a ação, terá de arcar com os honorários dos advogados (sucumbências) da empresa processada. Como os pedidos de indenização por dano moral e adicional de insalubridade e periculosidade são difíceis de serem comprovados e têm sido alvo de recusa em ações julgadas com base nas novas regras, os advogados estão orientando os clientes a não incluí-los nas novas ações ou mesmo a retirá-los de processos em andamento. A reforma acabou com a gratuidade das ações para quem tem salário mensal acima de R\$ 2,2 mil.

Tradicionalmente, os processos incluíam uma lista de pedidos que iam do pagamento de horas extras e verbas rescisórias até danos morais. “Como o risco era zero, pois não era cobrado nada, havia muitos pedidos nos processos e alguns não faziam sentido, diz Fábio Chong de Lima, sócio do escritório L.O. Baptista Advogados. “Acabaram as ações aventureiras.”

Custos

Dano moral, por exemplo, é difícil de se comprovar, porque depende principalmente de testemunhas. Já o adicional de insalubridade e periculosidade requer perícia técnica indicada pelo juiz e, se o trabalhador perder a ação, tem de bancar esse custo também, nesse caso, para a Justiça.

“Havia irresponsabilidade, um certo exagero de pedidos. Agora, as demandas focam em itens que o demandante pode provar”, diz Luiz Fernando Quevedo, sócio do Giamundo Neto Advogados. “Com isso, os pedidos de danos morais, que antes eram banalizados, praticamente desapareceram”, diz o advogado João Acácio Muniz Jr.

Trabalhadores que tinham ações em andamento começaram a pedir a retirada desses itens do processo. “A decisão é manter apenas o que o trabalhador realmente acredita ter direito e tem provas”, diz a sócia do CSMV Advogados, Thereza Cristina Carneiro.

Por apoio contra terceira denúncia, governo engaveta MP trabalhista DCI - 02/04/2018

O governo deve deixar caducar e não enviar nova medida provisória (MP) ou projeto de lei da reforma trabalhista para não desagradar deputados aliados em vista da ameaça de uma terceira denúncia contra o presidente Michel Temer por causa do caso Rodrimar.

“A MP da reforma trabalhista vai para o fundo do baú”, comentou fonte do Planalto, diante do fato de que a MP, editada em novembro de 2017, estar com tramitação travada desde então e perderá validade em 23 de abril. Para a cúpula do governo, o momento não é propício para causar insatisfação aos deputados governistas, que são contrários a alterações no texto da reforma trabalhista, sancionado em julho e vigente desde novembro último.

A estratégia do governo leva em conta que, pela Constituição Federal, cabe aos deputados apreciar abertura de processo criminal contra o chefe do Executivo, solicitada pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Em 2017, Temer foi denunciado duas vezes por Rodrigo Janot, então procurador-geral, no âmbito do caso JBS. As duas foram arquivadas, na Câmara.

Sem colisão

Segundo a assessoria do secretário de Governo, Carlos Marun, o ministro considerou ainda prematuro definir qual a melhor alternativa a ser adotada para resolver o impasse da MP da reforma trabalhista e enfrentar as repercussões do caso Rodrimar no Congresso. Decisão deve ser tomada hoje.

Segundo fontes do Planalto, Marun, avalia ser desaconselhável enviar uma nova MP sobre o tema e criar nova rota de colisão com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), contrário à MP, editada pelo governo para atender senadores da base aliada e para alterar o texto aprovado na Câmara.

Maia já decidiu que, se não for votado o relatório da MP até amanhã (3), a matéria não será pautada e nem seguirá ao Senado. Além disso, a comissão mista encarregada de analisar a matéria sequer foi instalada. E o presidente da comissão, senador Gladson Cameli (PP-AC), nem tomou posse e já renunciou, sem apreciação de quase 1.000 emendas apresentadas.

Um dos vice-líderes do governo na Câmara, deputado Beto Mansur (PRB-SP), confirmou ao DCI que o envio de uma nova MP enfrentaria forte resistência por parte do presidente da Câmara, que já se manifestou contra o texto. “Acho difícil que a MP seja votada porque o presidente da Câmara já não queria votar isso. Ele estava com um pouco de má vontade. Acho complicado que ela entre na pauta.”

O deputado federal Milton Monti (PR-SP), aliado do governo e da comissão mista encarregada de analisar a MP endossa a fala de Mansur. “O governo não deve mandar uma nova MP sobre reforma trabalhista porque sabe que falta consenso sobre a matéria na Câmara”, afirmou também ao DCI. Opinião semelhante tem o relator da reforma trabalhista, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Cotado para relatar a MP, foi excluído por ser contra mudanças oferecidas pelos senadores e negociadas com o Planalto, em troca do compromisso deles. “O governo também não vai apresentar propostas polêmicas em um ano eleitoral”, apontou Marinho. “Não devemos mexer uma vírgula na redação aprovada pelos deputados.”

Outro obstáculo é a campanha eleitoral. Como não há tempo para a matéria ser apreciada na Câmara e ainda tramitar no Senado Federal, nesse caso, perderão validade alterações sobre trabalho intermitente, de gestantes em locais insalubres, valor de indenização por assédio moral, negociação coletiva.

“Temos uma certeza: a de que o Decreto dos Portos não beneficia a Rodrimar. Essa certeza continua”, disse Marun, ao saber das prisões de amigos de Temer na quinta (29), entre eles o advogado José Yunes, ex-assessor especial da Presidência da República, e João Baptista Lima Filho, ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo, suspeitos de receber propinas.

DPVAT: querem acabar com ele

O Estado de S. Paulo - Antônio Penteado Mendonça - 02/04/2018

Entre as invenções brasileiras que funcionam, o DPVAT, o seguro obrigatório de veículos automotores terrestres, é das mais eficientes e atende meio milhão de vítimas de trânsito todos os anos.

Talvez seja por isso que estão tentando acabar com ele. Isso mesmo, falam em acabar com o DPVAT, mesmo ele contribuindo com 45% de seu faturamento para engrossar as receitas do SUS. Além de pagar, anualmente, coisa de 50 mil indenizações por morte, 300 mil por invalidez e um número ainda maior de casos de despesas médicas hospitalares.

Já existe um projeto de lei para acabar com o DPVAT e substituí-lo por um seguro de responsabilidade civil obrigatório, que seria operado individualmente pelas seguradoras.

Aqui é preciso voltar no tempo para resgatar as origens do DPVAT, nos idos de 1974. O seguro não caiu do céu, nem foi inventado da noite para o dia porque as ruas e estradas brasileiras à época já eram responsáveis por uma carnificina.

O DPVAT substituiu o RECOVAT, o seguro de responsabilidade civil obrigatório operado pelas seguradoras para fazer frente aos acidentes de trânsito, que havia se transformado numa das maiores bandalheiras da história do seguro no Brasil. A quantidade de seguradoras liquidadas em função de picaretagens de todos os tipos envolvendo o seguro de responsabilidade civil obrigatório fez com que as companhias de seguros sólidas recebessem, em alguns casos, mais de dez cartas-patente de seguradoras liquidadas em função do RECOVAT.

O escândalo só é comparável ao que aconteceu com vários montepios mais ou menos à mesma época. Mas ele produziu um resultado extremamente positivo. Para compensar o desastre do RECOVAT, o governo criou o DPVAT, um produto inédito, que tem características que o fazem muito eficiente num país como o Brasil, onde praticamente apenas ele responde pelas indenizações dos acidentes de trânsito.

O modelo europeu de seguro obrigatório para veículos é um seguro de responsabilidade civil. Mas o Brasil não é a Europa e, por isso, inclusive por conta do desconhecimento do tema pelo nosso Judiciário, tenho sérias dúvidas sobre a eficiência de um seguro dessa natureza em substituição ao DPVAT.

Eu sei que o setor de seguros hoje é completamente diferente de 40 anos atrás. As seguradoras são muito mais profissionais, as regras de controle e transparência inibem fraudes, a fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) é capaz de identificar problemas antes de se chegar perto do que aconteceu no passado.

Mas por que mexer num produto vencedor, que deixou os participantes de um simpósio ibero-americano sobre acidentes de trânsito e as ferramentas para minimizar seus danos encantados com suas premissas?

O DPVAT se destaca pela universalidade de sua cobertura. O seguro não pergunta se há culpa pelo acidente, nem se o bilhete que vai indenizar é o de um único veículo, num acidente com 30 vítimas, envolvendo 10 carros, no qual os outros 9 não pagaram o seguro obrigatório.

Um único DPVAT pode pagar as indenizações cabíveis a todas as vítimas e seus beneficiários, seja uma ou sejam cem pessoas. Mais do que isso, o seguro tem uma sistemática para regulação e liquidação de sinistros extremamente simples, que não exige qualquer sofisticação para que o beneficiário receba em poucos dias a indenização a que tem direito, após a entrega da documentação numa das centenas de locais de uma ampla rede de atendimento.

Isso é possível porque o DPVAT é um consórcio administrado por uma companhia com finalidade específica (Seguradora Líder) e composto por dezenas de companhias de seguros com pontos de atendimento espalhados pelo país nos quais a documentação pode ser entregue. Será que com um seguro de responsabilidade civil emitido individualmente por cada seguradora isso seria possível? Será que o brasileiro menos favorecido teria condições de receber a indenização na rapidez que recebe hoje?

O DPVAT precisa ser atualizado? Então façamos isso. É mais inteligente.

Arte de Trump não funciona em política externa **O Estado de S. Paulo - Fareed Zakaria - 02/04/2018**

Para Trump, as palavras não têm peso. A retórica frouxa e as ameaças vãs, muitas vezes, saíram pela culatra.

Como forma de explicar alguns dos bizarros movimentos da política externa do presidente Donald Trump, muitas vezes nos dizem que ele “não é convencional” – e isso poderia ser um trunfo. É verdade que ele não segue o procedimento operacional padrão em quase nada, desde receber briefings diários de inteligência a preencher cargos no Departamento de Estado. No entanto, sua distância mais marcante em relação a presidentes anteriores é na retórica. Os presidentes americanos tendem a pesar cuidadosamente suas palavras, acreditando que devem preservar a credibilidade da principal liderança mundial.

E então há Donald Trump, para quem as palavras não têm peso. Durante a campanha, ele criticou a Arábia Saudita como um país que “quer mulheres como escravas e matar gays”, apenas para fazer sua primeira viagem presidencial ao exterior justamente ao reino e abraçar calorosamente seus governantes. Ele disse que a Otan estava obsoleta e depois simplesmente afirmou o contrário. A China era um manipulador de moeda que estava “estuprando” a América, até deixar de ser.

A retórica frouxa e as ameaças vãs, muitas vezes, saíram pela culatra. Depois que Trump foi eleito, ele decidiu ameaçar a China, refletindo sobre reconhecer Taiwan como país. O governo chinês exigiu que ele comprovasse isso e congelou as relações com Washington. Trump teve de ligar para o presidente Xi Jinping e engolir suas palavras.

Mas há situações em que essa “flexibilidade” pode funcionar. Na Coreia do Norte, Trump ameaçou fazer chover “fogo e fúria” no país, apenas para agora saudar uma reunião com seu líder. Os defensores de Trump dizem que esse tipo de manobra pode resultar em um acordo que escape de abordagens mais convencionais do problema.

Todos nós devemos esperar que isso aconteça. Mas, até agora, vale a pena notar que a atmosfera circense da alternância entre ameaças e abraços de Trump obscureceu um ponto-chave: foi Trump quem fez a concessão, não Kim Jong-un. Há muito tempo, a posição americana é a de que só haveria negociações depois que a Coreia do Norte desse alguns passos concretos em direção à desnuclearização. Até recentemente, o próprio governo Trump insistiu que não recompensaria o fortalecimento nuclear com as negociações.

Agora, há um bom argumento para ser flexível nessa questão processual. Devemos estar cientes, porém, de que, até o momento, Kim parece estar executando de forma brilhante uma estratégia inteligente. Ele embarcou em um fortalecimento acelerado, acumulando um arsenal nuclear genuíno, com mísseis que podem levar ogivas ao redor do mundo, criando tensões e até mesmo ameaçando suas relações com a China. Com o arsenal construído, ele agora está reparando as relações com Pequim, estendendo a mão à Coreia do Sul e se oferecendo para negociar com Washington.

A capacitação de Trump aqui pode muito bem ser a sua disposição de abandonar totalmente uma posição passada e endossar uma nova. Os EUA terão de aceitar menos que sua meta há muito declarada – a desnuclearização completa – e talvez Trump seja capaz de encontrar uma maneira de vender isso.

Concessões. Há, no entanto, um tipo diferente de conversa difícil que é mais preocupante. O governo pressiona com força em uma questão – o comércio com a Coreia do Sul, por exemplo – e depois anuncia um acordo, alegando ter conquistado significativas concessões. Na verdade, na maioria das vezes, essas foram concessões simbólicas feitas pelos aliados para permitir que o governo mantivesse as aparências.

A Coreia do Sul, por exemplo, concordou em aumentar o número de carros que cada fabricante de automóveis americano pode vender no país de 25 mil para 50 mil. É uma concessão fácil de fazer. Nenhuma empresa americana vendeu nem sequer 11 mil carros lá no ano passado.

Os EUA continuam sendo uma superpotência. Seus aliados buscam maneiras de acomodar o país. O governo Trump pode continuar fazendo exigências extravagantes e obterá algumas concessões, porque ninguém quer uma ruptura aberta com os EUA. Se Trump disser que os europeus precisam fazer algumas mudanças no acordo com o Irã, eles tentarão encontrar uma maneira de fazê-lo, pois não querem que o acordo fracasse e o Ocidente caia em desordem.

Este não é um sinal de poder, mas sim o abuso dele. Quando o governo de George W. Bush forçou uma série de países a apoiar a guerra no Iraque, isso não sinalizou a força americana – na verdade, enfraqueceu essa força. Este é um estilo que vai além da presidência. Nos últimos anos, os EUA se acostumaram a todo tipo de tratamento especial.

Por exemplo, o Estado de Nova York usou o poder do dólar como moeda de reserva do mundo para forçar os bancos estrangeiros a pagar multas e fechar acordos. Funciona, mas cria um enorme ressentimento e leva países como a China a procurar maneiras de trabalhar fora do sistema, pois acreditam que o existente concede muita liberdade aos EUA.

O país constituiu sua credibilidade e capital político no último século. O governo Trump está atacando esse fundo fiduciário para obter vantagens políticas de curto prazo, de uma forma que o exaurirá permanentemente.

A retórica frouxa e as ameaças vãs do presidente americano, muitas vezes, saíram pela culatra.

Fintechs desafiam os reguladores

Valor Econômico - Gustavo Loyola - 02/04/2018

No campo da regulação financeira, poucas vezes a tensão entre competição e estabilidade emergiu tão forte como no momento atual em que as Fintechs expandem sua atuação e recebem um volume crescente de investimentos. Os supervisores financeiros observam atentamente a expansão dessas companhias, procuram não obstar as transformações que trazem ao mercado, mas temem que, em razão de seu caráter disruptivo, tragam junto indesejável instabilidade financeira sistêmica.

A melhor maneira de enfrentar o problema é manter uma política regulatória que considere fundamentalmente a natureza dos serviços prestados pelos intermediários financeiros, incluindo as Fintechs. Nessa abordagem, importa pouco se um determinado serviço é prestado por um banco ou por uma Fintech, o arcabouço regulatório será o mesmo em ambas as situações. A regulação baseada na atividade realizada pelas firmas no mercado é a que melhor se coaduna com a característica de "unbundling" típica das Fintechs, ou seja, com a oferta de serviços de maneira desagrupada, diferentemente do que praticam os bancos.

Com isso, ficará mais fácil e transparente traçar o perímetro regulatório que objetiva preservar a estabilidade financeira. Ademais, serão mitigadas as oportunidades para arbitragens regulatórias que frequentemente são fonte de dores de cabeça para os órgãos reguladores. Por outro lado, a utilização do princípio mencionado de regulação por atividade se alinha com o objetivo de assegurar a neutralidade necessária à preservação da competição no mercado, inclusive por meio da incorporação contínua de novas tecnologias.

Mas não basta apenas ter uma abordagem "funcional" na política regulatória. Necessário também é manter o foco na relevância sistêmica dos entes e dos mercados regulados. A correta dosimetria regulatória é de fundamental importância para evitar a criação de barreiras artificiais para novos entrantes que frequentemente estão na vanguarda das inovações, além de prevenir a expansão desmesurada do aparato burocrático. Uma sempre boa estratégia é a de "conhecer primeiro e regular depois, se necessário".

Dito isso, a questão relevante seria determinar quais as funções desempenhadas atualmente pelos bancos devem necessariamente ser mantidas no perímetro regulatório, independentemente se realizadas pelos próprios bancos ou pelas Fintechs. Tipicamente, um banco comercial tem como funções principais a transformação (criação) de liquidez (ativos menos líquidos do que seus passivos) e a gestão e transferência de riscos de e para seus clientes, além de integrarem o sistema de pagamentos como suas peças principais.

As Fintechs buscam exercer algumas dessas funções para seus clientes, mas de uma maneira distinta. Por exemplo, as plataformas de "crowdfunding" intermedeiam a transferência de recursos entre agentes econômicos superavitários (poupadores) e os deficitários (tomadores de crédito ou de investimento). Nisso se assemelham a um banco que capta depósitos e realiza empréstimos. Mas, há uma diferença importante! No processo das Fintechs, não há transformação de risco e de prazos, tendo em vista a conexão direta entre poupadores e tomadores de recursos. A retenção de risco pelas Fintechs, neste caso, é praticamente nula. Em consequência, não há porque exigir capital mínimo das Fintechs, exceto, possivelmente, para cobrir os riscos operacionais, enquanto operarem apenas como viabilizadoras do "crowdfunding". Caso ultrapassem a fronteira da mera intermediação, necessariamente devem obedecer às mesmas normas aplicáveis aos bancos.

Contudo, cabe reconhecer a existência de algumas dificuldades na implementação da política regulatória aqui defendida. No mundo real, as Fintechs competem com os bancos que ainda continuam a ser regulados como entidades unas, mesmo quando ofertam serviços que, numa Fintech, são isentos de regulação. Não há bancos "parcialmente regulados". Se um banco vende sorvetes nas suas agências, nem por isso deixa de estar sujeito à regulação financeira, embora as sorveterias jamais o estejam. No exemplo do "crowdfunding" aludido anteriormente, se essa atividade for exercida por um banco, ela estará sujeita à vigilância dos supervisores bancários.

Ademais, a regulação por atividade não oferece por si só uma solução para a questão da prevenção da lavagem de dinheiro (PLD). Os bancos, como concentradores de fluxos de pagamentos, são entidades centrais em qualquer sistema de PLD. Nesse propósito, são basilares os procedimentos de "conheça seu cliente" (KYC) executados pelos bancos nos seus relacionamentos financeiros. O risco trazido pelas Fintechs no particular decorre particularmente da migração de serviços tradicionalmente providos pelos bancos para as redes virtuais (principalmente no campo dos pagamentos), cujas características de descentralização e criptografia dificultam, ou mesmo impedem, uma efetiva

vigilância das autoridades. Aqui, evidentemente, não cabe uma abordagem "soft", mas sim a busca de padrões aplicáveis igualmente a todos.

Securitizar é uma saída relevante **O Globo - Raul Velloso - 02/04/2018**

Para o próximo governo, não haverá como fugir do ataque frontal ao problema fiscal. Nesse contexto, qualquer possibilidade fora do convencional de mobilizar recursos no setor público é muito bem-vinda e deve ser examinada com toda a atenção.

Nesse terreno, se inserem as oportunidades de antecipação da entrada de recursos, mais conhecidas como securitização de recebíveis, em que fluxos futuros de receitas relativamente garantidas — que tendem a ficar escondidas e inertes por muito tempo e com risco de deterioração — podem se transformar em um volume expressivo de recursos a curto prazo, com inúmeras possibilidades de utilização. A exemplo de várias operações similares, essas oportunidades estão presentes no dia a dia dos mercados financeiros.

Nelas, devem-se incluir dívidas tributárias de empresas e pessoas para com o governo, mais conhecidas como “dívida ativa”, que se referem, na verdade, a tributos não recebidos em exercícios anteriores, que têm uma perspectiva firme de retorno aos cofres dos governos materializadas em fluxos similares aos já observados no passado.

Nesse caso, a partir da análise dos fluxos históricos de recuperação dessas receitas, projetase a capacidade futura de ingresso de tais recursos por meio de metodologias já estabelecidas no sistema financeiro. Posteriormente são transformados em ativos financeiros capazes de gerar recursos líquidos expressivos a curto prazo ou servir de garantia em parcerias com o setor privado, por exemplo. Referindo-se a bases tributárias pretéritas, não têm como comprometer a capacidade de gestão financeira das administrações futuras.

Ora em tramitação na Câmara, após o OK do Senado, e com boa perspectiva de rápida aprovação naquela Casa, o projeto de lei complementar 204/16 procura consolidar as normas relacionadas a esse tipo de securitização, tendo definido como referência do seu potencial arrecadatório a totalidade dos créditos inadimplidos existentes, e não apenas os chamados parcelamentos. Essa possibilidade mais restrita permitiria o recebimento imediato de apenas um percentual desprezível do potencial arrecadatório dado pela totalidade dos créditos inadimplidos existentes. O ponto central é que hoje já existe tecnologia testada no mercado para adotar uma modelagem que jogue o foco sobre os fluxos totais regulares decorrentes do estoque de créditos, e não apenas dos parcelamentos.

Somente para o conjunto dos estados, estimase, com base nos dados observados entre 2012 e 2017, que esse fluxo pode alcançar a expressiva marca de R\$ 9,4 bilhões anuais, onde São Paulo é responsável por um quarto

do total, com forte indicação de melhoria futura em resposta à implantação de instrumentos de identificação e cobrança dos contribuintes.

Esse fluxo tende a se repetir todos os anos, e dele pode derivar, para uma estruturação no período de dez anos, a expressiva quantia de R\$ 94 bilhões, o que implicaria na obtenção imediata de recursos líquidos oriundos do mercado de cerca de R\$ 31 bilhões e os restantes R\$ 63 bilhões serem convertidos, por exemplo, em ativos garantidores de longo prazo para o setor privado, ou destinados a fundos previdenciários.

Cabe notar que existem algumas operações do tipo acima em andamento em várias unidades federativas, considerando a totalidade dos créditos inadimplidos (e não apenas os parcelamentos), com análises dos fluxos respectivos, na forma, a meu ver, mais correta de encarar a questão. Será realmente uma pena que esse processo seja travado por alguma visão limitada do alcance do instrumento, que praticamente o inviabilizará.

Por fim, uma vantagem que muitos não enxergam na inserção privada é a possibilidade de se incrementarem os valores cobrados da dívida tributária hoje inerte nos escaninhos governamentais. Como se sabe, não será aqui, onde é muito grande a quantidade de ações em tramitação no Judiciário, que a gestão pública primará por maior eficiência.

China sobretaxa produtos dos Estados Unidos O Estado de S. Paulo - 02/04/2018

Pequim vai impor, a partir de hoje, tarifas de até 25% sobre produtos dos EUA, como carne suína e frutas. A medida é uma retaliação à decisão do presidente Donald Trump de sobretaxar a importação de aço e alumínio da China.

Em mais um capítulo da disputa comercial entre americanos e chineses, o governo de Pequim anunciou ontem que vai impor novas tarifas sobre produtos como carne suína e frutas dos Estados Unidos como retaliação à decisão do presidente Donald Trump de sobretaxar a importação de aço e alumínio – mercados nos quais a China é um ator dominante. O Ministério de Finanças da China disse que as novas tarifas já começarão a vigorar hoje. O anúncio ocorre após semanas de ameaças chinesas, em meio à escalada das tensões comerciais entre as duas maiores potências mundiais.

A Comissão de Tarifas Aduaneiras da China afirmou que irá impor uma tarifa de importação de 25% sobre oito produtos, incluindo carne suína. Foi anunciada também uma tarifa de 15% sobre a importação de 120 commodities, incluindo frutas.

Em 23 de março, entraram em vigor sobretaxas dos EUA nas importações de aço e alumínio, de 25% e 10%, respectivamente. Um dia antes, a China já havia indicado que poderia sobretaxar até US\$ 3 bilhões em importações americanas caso Trump seguisse com o plano.

Segundo comunicado do ministério chinês, as medidas dos EUA violam regras relevantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), não cumprem os requisitos para serem classificadas como “exceções de segurança” e, na verdade, são medidas de salvaguarda.

O comunicado disse ainda que houve sérios danos aos interesses chineses. Antecipandose a críticas dos EUA, o Ministério de Finanças afirmou que as tarifas agora impostas em retaliação são legítimas.

Produtores de carne suína dos EUA, em particular, devem ser bastante prejudicados pelas novas tarifas chinesas. Criadores de suínos e frigoríficos americanos expandiram seus negócios e construíram grandes unidades de processamento nos últimos tempos com a expectativa de exportações maiores.

Em Eagle Grove, no Estado de Iowa, a Prestage Farms, por exemplo, está construindo uma unidade para processar carne que teria como destino a China.

O lucro da chinesa WH, maior processadora mundial de carne suína, deve ser afetado. A WH comprou a americana Smithfield em 2013, e uma das razões para a aquisição era tirar vantagem da diferença entre os preços nos EUA e na China.

A carne americana costuma custar menos do que a chinesa por causa da escala e da eficiência da indústria dos EUA. Além disso, partes dos animais que os americanos não costumam consumir, como fígado e coração, podem ser vendidos na China por preços mais altos.

No caso da brasileira JBS, não haverá prejuízo por ora. Sua subsidiária americana, a JBS USA tem importante unidade de suínos, que produz para os mercados interno e externo. Mas as vendas da JBS para a China são feitas hoje a partir de Austrália, Brasil e Canadá, segundo a companhia.

Richard Owen, da Associação de Comercialização de Frutas dos EUA, disse na semana passada que as tarifas prejudicariam a indústria. Os EUA exportam cerejas, maçãs, uvas, ameixas, peras e morangos para a China.

Fluxo para emergentes volta a ficar positivo, diz IIF

Valor Econômico - 02/04/2018

Os fluxos de portfólio para emergentes registraram entrada de US\$ 7,6 bilhões em março, revertendo a saída de US\$ 4,5 bilhões em fevereiro que havia interrompido uma sequência de 14 meses de saldo positivo, segundo dados preliminares do Instituto de Finanças Internacionais (IIF). Os mercados de dívida tiveram entrada de US\$ 6 bilhões, enquanto o fluxo para ações foi de US\$ 1,6 bilhão.

"Apesar da recuperação após a forte saída em fevereiro, trata-se de um dos fluxos mais fracos desde novembro de 2016", diz o IIF. "Os mercados

emergentes claramente não estão imunes à volatilidade. Com a tendência de aperto das condições financeiras, os fluxos de portfólio para emergentes vão continuar sob pressão externa periódica."

Na divisão por regiões, o destaque é a Ásia emergente, que atraiu entradas de US\$ 5,1 bilhões em março. Na sequência aparece África/Oriente Médio, com saldo positivo de US\$ 3,2 bilhões. A América Latina teve saída de US\$ 2,1 bilhões em março. Apesar de não detalhar os números para os países da região, o IIF ressalta que os fluxos de portfólio para o Brasil foram "relativamente robustos". As principais saídas ficaram em China, Tailândia, Polônia, Coreia do Sul e República Checa.

Japão quer ultrapassar Europa e fechar acordo comercial com Brasil

Valor Econômico - 02/04/2018

O Japão quer assinar um Acordo de Parceria Econômica com o Mercosul, de preferência passando à frente das negociações mais avançadas com a União Europeia e a Coreia do Sul. Quanto à pressa, os 20 anos de duração do acordo com a União Europeia, ainda não concluído, é um indicador do ritmo com que se dá esse tipo de negociação. O acordo, ou EPA, na sigla em inglês, é um dos pontos-chave no entendimento de empresários japoneses para elevar a segurança dos investimentos no Brasil e outros países da região, mas é visto com ceticismo por alguns interlocutores brasileiros. Isso porque rapidez em negociações com japoneses são vistas quase como conceitos antagônicos. Quem está à frente é o Keidanren, a poderosa federação das indústrias do Japão, junto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"É muito claro o interesse de investidores industriais e de infraestrutura do Japão, que se manifestam de maneira muito clara sobre o interesse em um acordo, seja o Keindaren ou empresas individuais. Temos ouvido interesse para que negociem", resume o embaixador do Brasil no Japão, André Corrêa do Lago.

O Keidanren e a CNI já negociam as bases de um EPA há alguns anos. Um documento elaborado pelas duas organizações mostra que as exportações para o Brasil dobraram e as importações triplicaram entre 2000 e 2014. A avaliação, contudo, é que ainda existem obstáculos a serem contornados para a assinatura de um acordo bilateral e são sugeridas algumas medidas para melhorar a conexão dos países, como o reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outras provas de qualificação profissional.

A última reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, que tem representantes da Firjan, CNI e empresas japonesas como a Sumitomo Mitsui e Banco de Tokyo-Mitusbishi, entre outros, aconteceu em Curitiba em 2017. A próxima está marcada para julho, em Tóquio. No momento está sendo feita uma pesquisa com empresários dos quatro países do Mercosul, sem a participação da Venezuela, que está suspensa do bloco. Uma reunião do grupo de "sábios" com integrantes do setor privado, vai acontecer no Rio esta

semana. "São duas organizações industriais conversando e no momento em que essas relações amadurecerem haverá um momento em que a negociação vai evoluir", diz o empresário Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da Firjan e membro do grupo, que se diz cético quanto à rapidez de um acordo com os japoneses.

Yasushiro Uozumi, gerente do escritório de cooperação internacional do Keidanren, diz que o Japão está considerando um mega acordo de cooperação com o Mercosul, caminho para um acordo mais amplo, de livre comércio. "Com um acordo se tem um alto padrão de negócios e ele facilita que as companhias japonesas façam negócios nesses países", afirma Uozumi, no moderníssimo prédio da instituição em Tóquio.

Ele explica ainda que a pressa de negociar antes da Coreia do Sul é evitar que a indústria japonesa, entre elas a locomotiva, fique em desvantagem com relação a impostos e taxas. "O mesmo vale para a União Europeia", diz.

Dados do Centro de Pesquisas da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) mostram que o investimento direto estrangeiro japonês em países da América Latina foi de US\$ 6,9 bilhões anuais, em média, entre 2010 e 2013. No período o estoque de investimentos na região somou US\$ 120 bilhões. No Brasil, o investimento direto japonês foi de US\$ 33,8 bilhões entre 2001 e 2017, de acordo com dados do Banco Central. Depois de um pico de US\$ 7,5 bilhões em 2011, o volume foi de apenas US\$ 537 milhões no ano passado.

O tombo sofrido pelos conglomerados Mitsubishi, IHI (Ishikawajima) e Kawasaki, por exemplo - que investiram e perderam dinheiro com a quebra dos estaleiros Rio Grande, Enseada e Atlântico Sul depois que a Sete Brasil cancelou encomendas - ainda traz o desconforto comum. Shokei Kashiwagi, diretor do JICA para a América do Sul, também cita dois problemas que os japoneses associam ao Brasil: o "custo Brasil" e as inúmeras regulamentações.

Mesmo assim, o Brasil ainda se destaca aos olhos japoneses não só por causa do tamanho do país e da economia, mas pela população estimada de 1,5 milhão a 1,9 milhão de descendentes de japoneses que vivem no país. A América Latina é responsável pelo suprimento de 41% das importações do Japão e uma das maiores fornecedoras de recursos naturais, de onde o Japão importa 12% do minério que consome, 9% do petróleo e 8% da prata. "Em termos de segurança alimentar, não podemos ignorar a América Latina", afirma Kashiwagi, lembrando que seu país importa de países em desenvolvimento 60% dos alimentos que consome.

Masayasu Yoshida, diretor-adjunto da Divisão de América do Sul do Ministério de Relações Exteriores do Japão, admite que hoje as relações com a América Latina são concentradas em recursos naturais, mas acredita que à medida que o país estreitar relações com a região os investimentos podem chegar ao mercado financeiro. Já Takahiro Nakamae, chefe do departamento de Negócios da América Latina e do Caribe, do Ministério, cita a democracia, os direitos humanos, a posição comum sobre as mudanças climáticas, o

desarmamento nuclear e as metas de desenvolvimento sustentável entre os valores compartilhados.

A ênfase do governo japonês ao apontar a importância da América Latina esmorece um pouco quando lembrados da presença dos investimentos chineses na região. "Não podemos competir porque eles fizeram muitos investimentos", admite Nakamae, que contesta a afirmação de que o Japão se afastou do Brasil enquanto o investimento chinês cresce. "O Japão não se distanciou. O Brasil tem o maior número de descendentes e em termos comerciais é o maior exportador [da região] para o Japão. Nós reconhecemos que o Brasil enfrenta alguns desafios econômicos nos últimos anos, mas temos grande confiança de que o país vai se recuperar", afirma.

O economista Akio Hosono, chefe do Centro de Pesquisas da JICA, é quem explica o que entende ser a diferença entre o modelo de investimento japonês e o praticado pela China. "O japonês pensa no longo prazo, em alguns setores investe há 50 anos", afirma, dando como exemplo o investimento da Nippon Steel na Usiminas.

Defensor de um acordo amplo com o Mercosul, Yorizumi Watanabe, professor da Universidade de Keio, explica que os acordos de livre comércio (FTAs na sigla em inglês) firmados pelo Japão são parte da estratégia de crescimento da economia japonesa. Segundo ele, a política econômica que Shinzo Abe quer implementar, apelidada de "Abenomics" permitiu, por exemplo, aumento da produção de automóveis japoneses no México destinados ao mercado dos Estados Unidos.